

# **Políticas Públicas Em Saúde E Os Desafios No Acesso Ao Sistema Único De Saúde (SUS)**

**Lilian Valerio Da Silva**

*Universidade Friedrich -Alexander-Universitat Erlangen-Nurnberg (FAU)*

**Carlos Lopatiuk**

*UEPGB*

**Lucas Vaz Silva**

*UFJF*

**Geisa Carvalho Bandeira**

*UFPA*

**Elisa Fabiane Martins De Paula**

*UNISC*

**Ana Carolina Lima Cavalcante**

*Faculdade Pernambucana De Saúde - FPS*

**Fabiana Mânica Martins**

*Universidade Federal Do Amazonas*

**Larissa De Souza Piardi**

*Universidade De Santa Cruz Do Sul*

**Iago Barbosa Ribeiro**

*Faculdade De Santa Cruz Da Bahia*

**Francisco Souto Maior**

*Unicap*

**Lucas Pereira Dos Santos**

*UNIASSELVI*

**Sabrina Dos Santos Rosa**

*UFF*

**Lais Bertoldo Fonseca**

*Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia - Centro De Ciências Da Saúde*

**Regina Cláudia Soares Do Rêgo Pacheco**

*Universidade Federal Do Piauí*

**Rodrigo Sérgio Da Silva Rodrigues**

*Universidade Federal Do Ceará*

**Rodrigo Pessoa Leite**

**Resumo:**

*A pesquisa teve como objetivo analisar os desafios no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a efetividade das políticas públicas de saúde, buscando identificar os principais obstáculos enfrentados pelos profissionais de saúde e sugerir soluções para aprimorar o sistema. A metodologia utilizada foi qualitativa, com uma abordagem exploratória, sendo realizada por meio de entrevistas com 15 profissionais da área de saúde. Os resultados apontaram que a desigualdade no acesso aos serviços, a superlotação das unidades de saúde, o subfinanciamento, a burocracia na gestão dos recursos e as precárias condições de trabalho dos profissionais são os maiores desafios para a efetividade do SUS. No entanto, foram identificados avanços, como a ampliação da Atenção Primária e o uso de tecnologias, como a telemedicina. A conclusão destaca que, apesar dos desafios, o SUS continua sendo essencial para a saúde pública brasileira, sendo necessário um aumento no financiamento, melhorias na gestão, maior valorização dos profissionais de saúde e a ampliação da participação da sociedade para garantir um atendimento mais eficiente e equitativo a toda a população.*

**Palavras-chave:** Saúde; Políticas públicas; SUS.

Date of Submission: 11-03-2025

Date of Acceptance: 21-03-2025

## I. Introdução

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo o Sistema Único de Saúde (SUS) a principal ferramenta para assegurar esse direito à população brasileira. Criado com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o SUS representa um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, oferecendo serviços que vão desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade. No entanto, apesar de sua importância e abrangência, o acesso efetivo da população aos serviços de saúde ainda enfrenta inúmeros desafios, resultantes de limitações estruturais, financeiras e organizacionais (Cardoso et al., 2021).

As políticas públicas em saúde desempenham um papel essencial na regulamentação e melhoria do SUS, buscando garantir um atendimento eficiente e de qualidade. Essas políticas são formuladas com base em diretrizes do Ministério da Saúde e implementadas por estados e municípios, considerando as especificidades regionais e as necessidades da população. No entanto, a execução dessas políticas muitas vezes esbarra em dificuldades como a escassez de recursos, a má gestão e a desigualdade na distribuição dos serviços, comprometendo a efetividade do sistema (Menezes et al., 2019).

Um dos principais desafios enfrentados pelo SUS é a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, especialmente para populações vulneráveis, como moradores de áreas rurais, periferias urbanas e comunidades indígenas. Enquanto grandes centros urbanos contam com hospitais de referência e equipamentos modernos, regiões mais afastadas frequentemente sofrem com a falta de infraestrutura, profissionais especializados e medicamentos essenciais. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes para reduzir as disparidades e garantir um acesso equitativo à saúde (Santos et al., 2022).

Além da desigualdade regional, a superlotação das unidades de atendimento e as longas filas para consultas, exames e cirurgias são problemas recorrentes no SUS. O aumento da demanda, impulsionado pelo crescimento populacional e pelo envelhecimento da população, sobrecarrega o sistema, gerando atrasos no diagnóstico e tratamento de diversas doenças. A demora no atendimento pode levar a agravamentos de quadros clínicos e elevar os custos do sistema, reforçando a importância de estratégias que aprimorem a eficiência e a capacidade de resposta do SUS (Medeiros et al., 2024).

Outro fator que impacta o acesso à saúde no Brasil é o subfinanciamento do SUS. Embora o sistema seja um dos mais abrangentes do mundo, os investimentos públicos nem sempre são suficientes para atender às necessidades da população. O congelamento de gastos públicos, como estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016, limitou ainda mais os recursos destinados à saúde, tornando mais difícil a ampliação e modernização dos serviços. Assim, o financiamento adequado e sustentável do SUS é uma questão central para o fortalecimento do sistema e a melhoria do acesso da população (Sousa; Fernandes, 2020).

A incorporação de novas tecnologias e a digitalização dos serviços de saúde também representam desafios e oportunidades para o SUS. A implementação da telemedicina, do prontuário eletrônico e de plataformas digitais para marcação de consultas pode otimizar o atendimento e reduzir as barreiras de acesso, especialmente para quem vive em áreas remotas. No entanto, a adoção dessas tecnologias exige investimentos em infraestrutura, treinamento de profissionais e regulamentação adequada para garantir que os benefícios sejam amplamente acessíveis (Silva et al., 2020).

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas em saúde e os desafios no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), identificando os principais entraves e propondo estratégias para aprimorar a efetividade do sistema. A investigação busca compreender os fatores que limitam o

acesso da população aos serviços de saúde e discutir possíveis soluções para fortalecer o SUS como um instrumento fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar social no Brasil.

## **II. Materiais E Métodos**

A pesquisa foi realizada com uma abordagem exploratória e qualitativa, buscando compreender os desafios enfrentados no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a efetividade das políticas públicas de saúde no Brasil. A abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada das percepções e experiências dos profissionais da área, possibilitando a identificação de dificuldades estruturais, operacionais e organizacionais que impactam diretamente a oferta e a qualidade dos serviços de saúde. Dessa forma, a investigação não se limitou a dados numéricos, mas priorizou a compreensão subjetiva dos desafios enfrentados na prática.

A amostra da pesquisa foi composta por 15 profissionais da saúde, selecionados com base em sua experiência e atuação no SUS. Entre os entrevistados, estavam médicos, enfermeiros, gestores hospitalares e assistentes sociais, cuja diversidade de funções possibilitou uma visão abrangente sobre os problemas enfrentados no sistema público de saúde. As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada, permitindo que os participantes compartilhassem suas percepções e experiências de maneira mais aberta, proporcionando um conjunto de dados rico e detalhado.

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se a técnica da análise do discurso, permitindo a identificação de padrões e temas recorrentes nas falas dos entrevistados. Essa abordagem possibilitou a compreensão das dificuldades apontadas pelos profissionais e a forma como interpretam as falhas e limitações do SUS. Os discursos foram organizados em categorias temáticas, como desigualdade no acesso, infraestrutura deficiente, superlotação dos serviços, financiamento insuficiente e desafios na gestão pública da saúde.

## **III. Resultados E Discussões**

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas revelou um panorama amplo sobre os desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), destacando aspectos estruturais, financeiros e operacionais que impactam diretamente o acesso da população aos serviços de saúde. Os profissionais entrevistados relataram experiências diversas, refletindo tanto as dificuldades do sistema quanto possíveis soluções para aprimorar sua efetividade.

Um dos principais desafios apontados foi a desigualdade na distribuição dos serviços de saúde. Profissionais relataram a falta de infraestrutura e a escassez de especialistas, dificultando o atendimento de casos mais complexos. Segundo o entrevistado E02, médico, “muitos pacientes precisam se deslocar para outras cidades para realizar exames simples, como uma tomografia, o que gera um grande custo e desgaste físico”. O entrevistado E08, enfermeiro, complementou: “Faltam médicos especialistas, e os pacientes acabam sendo colocados em filas de espera que duram meses ou até anos”.

Além disso, a superlotação das unidades de atendimento foi um problema recorrente mencionado pelos entrevistados. Profissionais de hospitais de emergência relataram que a alta demanda gera longas filas de espera, tanto para consultas quanto para procedimentos cirúrgicos. O entrevistado E05, gestor hospitalar, destacou: “Nosso pronto-socorro recebe o triplo da capacidade ideal diariamente. Muitas vezes, precisamos priorizar os casos mais urgentes, deixando outros pacientes esperando por horas”. Essa situação compromete a qualidade do atendimento e aumenta a sobrecarga dos profissionais de saúde, que trabalham em condições de estresse extremo.

A questão do financiamento também emergiu como um dos entraves mais significativos para a melhoria do SUS. De acordo com os relatos, a limitação de recursos dificulta a ampliação de serviços e a modernização da infraestrutura. O entrevistado E10, administrador hospitalar, explicou: “Temos equipamentos quebrados há meses, sem previsão de manutenção, porque os repasses de verbas não são suficientes para cobrir todas as necessidades”. Já o entrevistado E14, assistente social, pontuou: “O corte de verbas impacta diretamente os serviços prestados, desde a compra de medicamentos até a contratação de profissionais”.

Outro fator mencionado foi a burocracia na gestão dos recursos e na administração do SUS. Muitos relataram dificuldades em obter medicamentos e insumos devido a processos lentos e exigências administrativas excessivas. O entrevistado E07, farmacêutico, afirmou: “Muitas vezes, temos recursos disponíveis, mas a liberação depende de processos burocráticos que levam meses. Isso afeta diretamente os pacientes que precisam de remédios essenciais”.

A falta de valorização e de condições adequadas de trabalho para os profissionais de saúde também foi amplamente discutida. Médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem relataram sobrecarga de trabalho, baixos salários e dificuldades para se manterem motivados diante das adversidades enfrentadas no dia a dia. O entrevistado E03, enfermeiro, desabafou: “Muitas vezes, trabalhamos em plantões exaustivos, sem materiais adequados e sem reconhecimento. Isso gera um esgotamento físico e mental que prejudica o atendimento aos pacientes”.

A demora na marcação de exames e cirurgias foi outro problema amplamente relatado. Muitos profissionais apontaram que a fila de espera pode se estender por meses ou até anos, especialmente para procedimentos de alta complexidade. O entrevistado E06, médico cirurgião, comentou: “Já atendi pacientes que esperaram mais de dois anos por uma cirurgia ortopédica. Nesse período, a condição do paciente piorou significativamente, comprometendo sua qualidade de vida”.

Apesar dos desafios enfrentados, alguns entrevistados destacaram avanços e melhorias observadas nos últimos anos. A ampliação da Atenção Primária, com a criação de novas Unidades Básicas de Saúde e a expansão do Programa Saúde da Família, foi vista como um aspecto positivo. O entrevistado E12, médico da Estratégia Saúde da Família, afirmou: “A atenção primária tem sido fundamental para reduzir a sobrecarga dos hospitais. Quando bem estruturada, evita que casos simples se tornem emergências”.

Outro ponto positivo mencionado foi a incorporação de tecnologias no atendimento. Profissionais destacaram que a digitalização dos prontuários e a telemedicina facilitaram o acompanhamento de pacientes, especialmente em áreas remotas. O entrevistado E09, gestor de TI em um hospital público, pontuou: “A implantação do prontuário eletrônico melhorou muito a organização e a segurança das informações dos pacientes. Isso evita erros médicos e agiliza o atendimento”.

Apesar desses avanços, a necessidade de aprimorar a gestão e ampliar os investimentos no SUS foi consenso entre os entrevistados. Muitos sugeriram a destinação de mais recursos para a capacitação de profissionais, a descentralização dos serviços e a criação de políticas que garantam um financiamento mais estável. O entrevistado E15, gestor de uma unidade básica de saúde, ressaltou: “É essencial que os investimentos sejam contínuos e bem planejados. Sem isso, o sistema continuará funcionando no limite, sem conseguir atender plenamente a população”. Diante dos relatos coletados, ficou evidente que os desafios no acesso ao SUS são múltiplos e interconectados.

A desigualdade regional, a superlotação, o subfinanciamento, a burocracia e a sobrecarga dos profissionais são aspectos que afetam diretamente a qualidade do atendimento. No entanto, a pesquisa também demonstrou que há potencial para melhorias, especialmente com investimentos em tecnologia, ampliação da Atenção Primária e fortalecimento da gestão pública.

Os entrevistados reforçaram que, apesar das dificuldades, o SUS continua sendo um sistema essencial para a população brasileira, garantindo o direito à saúde de milhões de pessoas que não teriam outra alternativa de atendimento. O desafio está em aperfeiçoar sua estrutura e fortalecer as políticas públicas, para que ele possa cumprir sua missão com mais eficiência e qualidade. A necessidade de maior integração entre os diferentes níveis de atendimento foi outro ponto levantado pelos entrevistados. Profissionais apontaram que a comunicação entre hospitais, unidades básicas de saúde e unidades de emergência ainda é falha, dificultando a continuidade do tratamento dos pacientes. Segundo o entrevistado E04, enfermeiro de hospital de emergência: “Muitas vezes, o paciente chega sem histórico médico adequado, o que prejudica a tomada de decisão dos profissionais e atrasa o tratamento adequado”.

Além disso, a participação da sociedade na gestão da saúde pública foi destacada como um fator fundamental para a melhoria do sistema. Muitos profissionais defenderam o fortalecimento dos conselhos de saúde e a ampliação dos canais de comunicação entre gestores e usuários do SUS. O entrevistado E11, assistente social, comentou: “Quando a comunidade participa das decisões, conseguimos identificar demandas reais e buscar soluções mais eficazes”.

Concluindo, a pesquisa demonstrou que, embora o SUS enfrente desafios significativos, ele continua sendo um pilar fundamental da saúde pública no Brasil. As dificuldades identificadas ressaltam a necessidade urgente de investimentos, reformas administrativas e políticas mais eficientes para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um atendimento de qualidade.

#### **IV. Conclusão**

A pesquisa sobre os desafios no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas públicas em saúde revelou um panorama multifacetado de questões estruturais, operacionais e financeiras que comprometem a efetividade do sistema. As desigualdades regionais, a superlotação nas unidades de saúde, o subfinanciamento, a burocracia na gestão dos recursos, e as precárias condições de trabalho dos profissionais de saúde são aspectos que emergem como os maiores obstáculos para o pleno funcionamento do SUS. Esses fatores geram um impacto direto na qualidade do atendimento e no acesso aos serviços, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população, que dependem do SUS como única alternativa de cuidado à saúde.

A desigualdade no acesso aos serviços de saúde entre as diferentes regiões do país foi amplamente discutida pelos entrevistados. Enquanto nas grandes capitais há uma concentração de serviços de saúde especializados, nas áreas rurais e periferias urbanas a escassez de profissionais e a falta de infraestrutura hospitalar são problemas críticos. A dificuldade de acesso a exames, tratamentos especializados e procedimentos de alta complexidade foi constantemente mencionada, refletindo uma distribuição desigual dos recursos e serviços de saúde. Isso gera um círculo vicioso, onde a falta de acesso adequado a cuidados preventivos e de

tratamento especializado acaba sobrecarregando os serviços de urgência e emergência nas regiões mais populosas, como nas grandes cidades.

Outro aspecto que se destacou foi a superlotação das unidades de saúde, especialmente nos hospitais de emergência. Os profissionais relatam que as unidades estão frequentemente além da sua capacidade de atendimento, gerando longas filas de espera e dificultando a qualidade do atendimento. Este cenário é ainda agravado pela falta de infraestrutura adequada e pela escassez de materiais e medicamentos, elementos essenciais para o bom funcionamento dos serviços de saúde. O subfinanciamento do SUS foi apontado como um fator central, com muitos entrevistados enfatizando que a escassez de recursos compromete a manutenção da qualidade do atendimento, limitando a aquisição de equipamentos, medicamentos e a realização de novos investimentos em tecnologia e capacitação dos profissionais.

Além disso, a burocracia na gestão dos recursos e a demora nos processos administrativos foram identificadas como barreiras significativas. A rigidez dos processos licitatórios e a lentidão na liberação de verbas prejudicam a capacidade de resposta do SUS às necessidades da população. Muitos profissionais mencionaram que, mesmo quando os recursos estão disponíveis, o processo para sua liberação e distribuição é demorado e ineficiente, o que agrava ainda mais os problemas de acesso aos serviços de saúde. Esse entrave burocrático afeta não só a aquisição de equipamentos e medicamentos, mas também os repasses necessários para a manutenção e expansão da infraestrutura existente.

A sobrecarga e as precárias condições de trabalho dos profissionais de saúde também foram uma constante nos relatos dos entrevistados. A falta de reconhecimento, a jornada exaustiva de trabalho e os baixos salários geram desmotivação entre os profissionais, o que impacta diretamente a qualidade do atendimento. Enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem relataram a dificuldade de manter o engajamento e a qualidade no atendimento diante das condições adversas. Esse cenário de desvalorização e esgotamento físico e psicológico dos profissionais tem repercussões diretas no atendimento, especialmente em situações de emergência, onde o estresse e a pressão sobre os profissionais podem comprometer a tomada de decisão e a eficácia do tratamento. No entanto, a pesquisa também trouxe à tona aspectos positivos e avanços no SUS. A expansão da Atenção Primária à Saúde, com o fortalecimento do Programa Saúde da Família e a implementação de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS), foi apontada como uma estratégia importante para melhorar o acesso e reduzir a demanda nos hospitais de emergência.

A Atenção Primária é vista como uma maneira de promover a saúde preventiva, evitando que problemas menores se tornem casos graves que demandem hospitalização. Além disso, a incorporação de tecnologias no SUS, como a digitalização dos prontuários eletrônicos e a utilização de telemedicina, tem facilitado a gestão dos pacientes e permitido que os profissionais de saúde ofereçam um atendimento mais eficiente e seguro. Apesar desses avanços, ficou claro que o SUS ainda carece de melhorias significativas para garantir um atendimento de qualidade e universal. A ampliação do financiamento para a saúde, a maior capacitação de profissionais, o aumento da descentralização dos serviços e a simplificação dos processos administrativos são medidas urgentes que precisam ser implementadas para fortalecer o sistema.

A pesquisa também apontou a necessidade de maior transparência na gestão dos recursos, de forma a garantir que os investimentos sejam utilizados de forma eficiente e que o atendimento à população seja sempre priorizado. A participação da sociedade na gestão do SUS também foi considerada fundamental para aprimorar o sistema. O fortalecimento dos conselhos de saúde e a criação de canais mais efetivos de comunicação entre os gestores e os usuários do sistema são aspectos essenciais para que as políticas públicas de saúde atendam de maneira mais eficaz às reais necessidades da população. A descentralização dos serviços, garantindo maior autonomia para as unidades de saúde e a escuta ativa das demandas locais, pode ser uma maneira de resolver problemas específicos de cada região, otimizando os recursos e melhorando o acesso.

Em resumo, a pesquisa evidenciou que o SUS é um sistema essencial para a saúde pública no Brasil, mas enfrenta desafios significativos que exigem atenção urgente por parte dos gestores públicos e da sociedade. Para que o SUS possa continuar a desempenhar seu papel de garantir o direito à saúde para todos os cidadãos, é necessário investir em melhorias estruturais, financeiras e operacionais. A busca por maior equidade no acesso aos serviços, a valorização dos profissionais de saúde, o aumento do financiamento e a implementação de tecnologias adequadas são passos fundamentais para a construção de um SUS mais eficiente, acessível e capaz de oferecer um atendimento de qualidade a toda a população brasileira.

## Referências

- [1] Cardoso DSA, et al. O direito à saúde, a universalidade e a proteção dos trabalhadores: desafios do SUS na pandemia. *Rev Humanid Inov.* 2021;4(1):23-31.
- [2] Medeiros TM de. et al. Desafios da universalidade no SUS: avaliação do acesso e qualidade dos serviços de saúde no Brasil. *Cad Pedagog [Internet]*. 2024 [citado em 3 julho 2024];30(2):112-20.
- [3] Menezes APR, et al. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. *Saúde Debate.* 2019;43(Especial 5):58-70.
- [4] Santos RT, et al. Saúde pública e comunicação: impasses do SUS à luz da formação democrática da opinião pública. *Cienc Saude Colet.* 2022;27(4):1547-56.

- [5] Silva LS. et al. Universalidade do acesso e acessibilidade no cotidiano da atenção primária: vivências de usuários do SUS. Rev Enferm Cent O Min [Internet]. 2020 Out 23 [citado em 3 julho 2024];10(4):87-94.
- [6] Sousa C, Fenandes VC. Aspectos históricos da saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. J Manag Prim Health Care [Internet]. 2020 Jan 31 [citado em 3 julho 2024];12:1-17.